

Cândido Domingues  
CHAM NOVA FCSH  
candido\_eugenio@yahoo.com.br

## SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, CÂMARA MUNICIPAL E O COMÉRCIO NEGREIRO DA BAHIA COLONIAL

---

Em 25 de agosto de 1733, Vasco Fernandes Cesar de Meneses, Conde de Sabugosa e 4º Vice-rei do Brasil, escrevia a Dom João V preocupado com um grupo de homens ricos e violentos que queria apossar-se da lei para ter acesso direto ao cofre da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Aproximando-se a eleição da Mesa, Meneses teria discutido com algumas pessoas sobre a necessidade de eleger o Cônego Dr. Francisco Martins para um segundo mandato de Provedor, apostando na seu “zelo e independência”. Apesar do Estatuto não permitir a reeleição em vilas e cidades de maior dimensão, como era o caso de Salvador da Bahia, o Conde de Sabugosa buscava impedir a eleição de André Marques.

Importante homem de negócio, Marques contava com o apoio de seu genro Manoel Correia de Mesquita Barba, Luiz Tinorio de Molina e Antonio de Crasto Souza e Brito que logo “se opuseram com escândalo e petulância” à vontade do Conde. André Marques registrou pelo menos treze viagens saídas de Salvador para comprar escravos na Costa da Mina, entre 1726 e 1750. Nesse período era um dos maiores negociantes do açúcar da capitania e contratador dos Dízimos Reais da Bahia. Atuava em sociedade com seu irmão Antônio Marques Gomes que vivia em Lisboa. Luiz de Molina também era investidor no comércio negreiro e era muito próximo de Marques, possivelmente sócio.

Assim como já foi percebido por Russell-Wood, comerciantes poderosos como André Marques buscaram o domínio de espaços como a Mesa da Santa Casa, Ordens Terceiras e Conventos para ter acesso aos altos escalões sociais da colônia, ao crédito fácil e à administração dos juros e dos prazos de pagamento. Estas estratégias não eram novas nem era exclusividades baianas. No Reino e no além-mar esse era o bom caminho para se aproximarem do grande comércio, como afirmou Jorge M. Pedreira.

Objetiva-se, portanto, analisar a presença dos traficantes de escravos em cargos como Provedor da Santa Casa ou Vereadores da Câmara de Salvador como meio de alcance social, de aproximação das discussões políticas envolvendo o “comércio de almas” e do uso do dinheiro da Irmandade em seu benefício e de amigos. Para tanto serão importantes as listas de Provedores e Vereadores, a documentação notarial e a correspondência trocada entre Governadores e o Conselho Ultramarino.

Palavras-chave: Cidade da Bahia; tráfico negreiro; política

## **NOTA BIOGRÁFICA**

Cândido Domingues é doutorando em História na NOVA, investigador do CHAM-NOVA FCSH e professor destacado da UNEB-IV.